

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º , DE 2017

(Da Sra. Deputada Federal Laura Carneiro)

Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a detecção, prevenção e tratamento da tuberculose.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos art. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos seguintes pontos em relação à detecção, prevenção e tratamento da tuberculose:

1) sobre o reagente tuberculínico PPD RT-23, cuja disponibilidade tem estado diminuída desde 2014, pergunta-se:

— O que vem causando a sua escassez?

— Que providências vêm sendo adotadas pelo Ministério da Saúde para corrigir o problema?

— Que impedimentos há para produzir o insumo nacionalmente?

2) sobre a interdição pela Anvisa em dezembro de 2016 do único fabricante nacional de vacina BCG (FAP – Fundação Athaulfo de Paiva) e a consequente parada da produção, pergunta-se:

— Que medidas vêm sendo adotadas para evitar o desabastecimento no país?

— O Ministério da Saúde está monitorando o processo de readequação da FAP visando à retomada da produção?

3) sobre os medicamentos padronizados no atual esquema de tratamento da tuberculose (4 em 1) pergunta-se:

— Para quando se prevê o início da programada produção nacional desses fármacos?

— Como vem sendo realizado o controle de qualidade deste medicamento importado?

JUSTIFICAÇÃO

Apesar da transição epidemiológica e da atual predominância das enfermidades não infecciosas, a tuberculose jamais deixou de ser um importante problema de saúde pública no Brasil. As informações que nos chegam, contudo, mostram que estamos em situação estrategicamente delicada nos três aspectos que dizem respeito à doença: diagnóstico, prevenção e tratamento. Esta Casa legislativa deve, portanto, estar adequadamente informada sobre as ações planejadas e empreendidas pelo Ministério da Saúde, na posição de condutor principal da política de saúde no país, para melhorar a segurança da população brasileira nesse aspecto.

O requerimento de informações não apenas se coaduna com a função fiscalizadora do Congresso, mas visa, sobretudo, a munir-nos dos dados necessários para fundamentar iniciativas legislativas que se façam necessárias.

Sala das Sessões, em de de 2017.

**Deputada Federal Laura Carneiro
(PMDB-RJ)**